

São Paulo, 5 de junho, outono de 2003

Claudio Sales

O entrevistado da InvestNews desta semana é o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Claudio Sales. O executivo fala sobre os principais problemas do setor e deixa claro que novos aportes serão feitos apenas com medidas regulatórias claras e estáveis.



Entrevista a repórter Clara Barufi

O presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Claudio Sales, é bastante crítico da situação do setor, principalmente com relação aos "desmandos regulatórios" que, na sua opinião, estão afastando investimentos do País. Caso não haja uma definição dessas regras, Sales acredita que novos aportes serão apenas esporádicos. "Se não forem estabelecidas regras estáveis e coerentes, não haverá retomada dos investimentos privados, o que põe em risco a sustentabilidade do setor". Ele lembra, no entanto, que essa falta de clareza não é "privilégio" do atual governo.

Essas críticas têm por trás 15 gigantes da área, que investiram aproximadamente US\$ 30 bilhões na privatização do setor elétrico brasileiro, mas cujas subsidiárias no País apresentam situações financeiras bastante delicadas. Além da questão dos "desmandos regulatórios", o executivo também associa essas dificuldades à redução do consumo provocada pelo racionamento.

Grande defensor dos investimentos privados no setor de infraestrutura, Sales lembra que "um país de tão poucos recursos tem que alocar dinheiro públicos naquelas áreas em que o setor privado não tem como acorrer, como a de segurança".

"Se a posição do governo é uma posição ambígua ou disfarçada no que diz respeito a seus interesses, os investimentos privados não vão acontecer ou, se acontecerem, vão acontecer de forma episódica, em um ou outro projeto, mas que não vão dar nenhuma segurança de que o País terá a eficiência necessária nessa área", afirma.

Mas apesar das críticas, o executivo se diz um otimista com o governo Lula. Para ele, até agora houve vários acertos na área macroeconômica, "o que nos permite sonhar com algum otimismo com uma retomada de crescimento".

IN - Uma das principais queixas do setor é a ausência de regras claras para regulação. Esse também é o posicionamento da Câmara?

Sales - O problema da falta de regras claras não é um privilégio, entre aspas, deste governo. Esse problema já vinha prejudicando o setor nos últimos anos. Digamos que o setor tinha praticamente falido como um todo entre 1992 e 1993; em seguida, houve uma vigorosa mudança de regras sinalizando para a possibilidade de se contar com investimentos privados no setor, o que de fato ocorreu. A realidade, no entanto, mostrou que

essas regras tinham inúmeras falhas: o principal exemplo disso é que, por falta de clareza, deixou de haver investimentos em geração de energia para se evitar uma crise, que acabou resultando no racionamento. Quis contar essa história para mostrar que o problema existia antes. Nossa esperança é de que este governo corrija os problemas.

"O problema de falta de regras não é um privilégio deste governo"

IN - Como o senhor avalia a condução do setor pelo atual governo? Pouco menos de seis meses é suficiente para ser apresentada uma solução?

Sales - Dada a gravidade do problema, qualquer tempo hoje é muito tempo. As empresas estão em extrema dificuldade do ponto de vista financeiro. Os balanços, praticamente em unanimidade, mostraram prejuízos no ano passado e isso configura uma falta de saúde econômica estrutural do setor. O que gostaríamos de ver é um movimento no sentido de corrigir esse problema. Além disso, novos investimentos estão parados; nada está acontecendo.

O problema hoje só não é mais sério porque o mercado encolheu. Seguramente, se não se consertar o ambiente regulatório, se não se estabelecer regras estáveis e coerentes, não haverá retomada dos investimentos privados, o que põe em risco a sustentabilidade do setor. Estamos ainda na expectativa de o governo apresentar o novo modelo, que gostaria de entender muito mais como uma correção dos problemas que existem no ambiente regulatório do setor.

Se a posição do governo é uma posição ambígua ou disfarçada no que diz respeito a seus interesses, os investimentos privados não vão acontecer ou, se acontecerem serão de forma episódica, em um ou outro projeto, mas que não vão dar nenhuma segurança de que o País terá a eficiência necessária nessa área.

IN - Na sua opinião, quais são os principais pontos que devem aparecer no novo modelo?

Sales - Manutenção de todos os contratos e fortalecimento e

Claudio Sales

aprimoramento da atuação das agências reguladoras, ao contrário de uma tendência de captura das agências por parte do governo. Essa captura não está acontecendo, mas está sendo debatida. Tenho esperança de que o governo aja na direção correta. Deve-se ressaltar que essas são questões que ainda estão em aberto.

Além disso, tem que mexer na estrutura da tarifa. O novo modelo certamente deveria atacar esse problema. Para tanto, poderia se diminuir a quantidade de subsídios. Desconsiderando os impostos, as tarifas brasileiras estão muito bem em comparação com as praticadas em outros países. Agora, o que tem que mexer é nessa estrutura. É um absurdo: em alguns casos, paga-se 30% de ICMS; e muitas vezes a empresa paga isso até sem ter recebido do cliente, porque ela paga o ICMS sobre o valor que fatura e muitas vezes o consumidor não paga a conta.

IN - Qual é o montante de investimentos no setor elétrico que o País necessita hoje?

Sales - O Brasil precisa de investimentos da ordem de R\$ 16 bilhões a R\$ 20 bilhões por ano na expansão do setor elétrico. Como com o racionamento o consumo caiu muito, estamos podendo passar por este ano sem realizar tantos investimentos. Mas seguramente a partir do próximo ano eles já teriam de começar. O crescimento da demanda depende do crescimento da economia. Agora, a necessidade de investimentos ocorre de qualquer jeito: se a economia crescer muito essa necessidade aumenta, se crescer menos, ela cresce também, porém num ritmo menor.

IN - Desse total, quanto de fato está sendo investido?

Sales - Na área de geração, foram licitados cerca de 15 mil MW em novas usinas. Desse total, talvez só estejam sendo construídos cerca de 5 mil. E veja, são empresas que pagaram pela concessão, mas, apesar disso, preferem não construir porque não tem nem mercado nem ambiente regulatório para comprometer investimentos. Isso reposicionaria o Brasil dentro da média histórica de investimentos (feita com base na estimativa de crescimento no setor como um todo). Boa parte dessas usinas que estão sendo construídas são de membros da câmara.

IN - O senhor poderia descrever casos em que se verificaram esses problemas?

Sales - O distribuidor tem um contrato de concessão que prevê uma série de obrigações, principalmente no que diz respeito à qualidade do serviço. Além disso, o preço é regulado, tem uma tarifa. Por outro lado, esse contrato dá direito ao equilíbrio econômico financeiro das empresas: ou seja, fica estabelecido que aquela tarifa é necessária e suficiente para que a empresa possa cumprir todas suas tarefas tendo assegurado seu equilíbrio econômico financeiro.

Agora estamos na fase em que para a maioria das empresas

faz a revisão tarifária.

Quando foram feitos os contratos, o valor da empresa foi avaliado pelo critério de método do fluxo de caixa descontado, ou seja, o valor do ativo como a capacidade que ele tem de gerar retorno, e a tarifa então implantada foi vista como necessária e suficiente para remunerar aquele ativo. Esperava-se que, na

“Se a posição do governo é ambígua ou disfarçada os investimentos não vão acontecer”

revisão, se avaliasse o valor do ativo sob o mesmo critério. Ao invés disso acontecer, a Aneel decidiu adotar um novo critério de avaliação, pelo ativo físico diretamente utilizado na prestação de serviços e ainda apoiando-se numa "empresa modelo", cujo organograma foi definido pela própria Aneel, independente da realidade da concessionária. Um critério totalmente novo.

IN - A Câmara também considerou problemática a Nota Técnica 23 da Aneel, que fez novas definições de preços.

Sales - Na área de geração, esse é um exemplo interessante dos desmandos regulatórios da Aneel. Até então, por normas da própria agência, uma distribuidora podia comprar energia de uma geradora por um preço x, limitado ao "valor normativo" estabelecido pela própria Aneel. Esse limite era importante porque, até ele, a distribuidora poderia repassá-lo na tarifa para o consumidor. Com base nisso, empresas geradoras fizeram projetos. De repente, a Aneel emite essa nota técnica dizendo que só vai autorizar o repasse para a tarifa não mais pelo 'vn' mas por um outro critério, do preço da energia em leilões que a entidade venha a fazer.

Teoricamente isso não é grave, porque o preço resultante do leilão espelharia melhor o preço do mercado. Mas como a realidade é que está havendo sobra de energia, foi feito um leilão e venderam-se apenas cerca de 5 MW e a um preço obviamente irrisório. E a Aneel quer adotar esse preço para ser o referencial para todas as centenas de milhares de megawatts dos projetos que foram construídos. Ou seja, numa mudança acintosa, absurda de regra no meio do processo. Isso não é instabilidade regulatória, é zorra regulatória! Inviabiliza todo e qualquer investimento. Isso é uma materialização, um exemplo claro, do chamado risco Brasil.

IN - Essa situação pode ser tão grave a ponto de os investidores deixarem o País?

Sales - Um investidor de energia elétrica não é um investidor nervoso, como por exemplo um investimento da indústria de bens de consumo poderia ser. Ele vem para ficar, pela própria característica de seu ramo de atividades. Se ele veio assinar um contrato de concessão com prazo de 30 anos, ele olha para um

Claudio Sales

horizonte de pelo menos 15 anos. Os investidores que vieram ao Brasil não apenas manifestaram sua crença no potencial deste País, como registraram esse seu credo em cartório, com um selo de US\$ 30 bilhões, e estão se defrontando com essa dificuldade gigantesca.

IN - E com relação a novos investimentos?

Sales - Agora, se você perguntar quanto a novos investimentos, eles pararam por causa dessa instabilidade regulatória, dessa falta de credibilidade quanto ao cumprimento dos contratos. Mas, uma vez que isso seja restabelecido, não há dúvidas de que a opção dessas empresas seria não só continuar aqui como ter a perspectiva de voltar a fazer novos investimentos.

IN - O senhor considera que as agências tinham mais autonomia no governo anterior?

Sales - A regra ainda não mudou, teoricamente ainda não mudou. O que está se falando é que há uma sinalização de um projeto no governo que faria com que as agências se tornassem mais prisioneiras do governo, o que vai contra os princípios básicos da existência das próprias agências, que é a independência. Elas têm de se manter equidistantes de todos os agentes do setor.

IN - Apesar de todas essas questões negativas, há algo de positivo no cenário?

Sales - Lamentavelmente, no momento não. (nesse instante, Sales pára um pouco para pensar). A única coisa boa em meio a toda essa crise é que a sociedade tem que perceber

que o modelo privado, com obrigações claras, estabelecidas no contrato de concessão, e uma agência reguladora forte e capaz de assegurar que os contratos sejam cumpridos traz para o consumidor o benefício da qualidade do serviço. A prova maior disso é que, apesar desse ambiente de extrema dificuldade financeira das empresas, a qualidade do serviço de distribuição de energia continua em muito bons níveis, com investimentos sendo feitos para assegurar essa qualidade.

“Isso não é instabilidade regulatória, é zorra regulatória!”

IN - Mas é complicado falar isso para um consumidor que só vê a conta de luz subir.

Sales - O nosso setor se comunica muito mal. Hoje a parcela B - que é a parte da receita que de fato vai para a distribuidora - corresponde a 27% da receita das empresas, o resto (parcela A) são custos como impostos e subsídios.

Como a parcela B é obtida por diferença, ela foi sendo comprimida. (segundo dados da Câmara, em 1999 essa parcela respondia por 42% da receita, contra os 27% atuais).

E aquele preceito de equilíbrio financeiro que está no contrato, na verdade, não está sendo cumprido. Cabe à sociedade brasileira discutir se está ou não em condição de pagar as tarifas. Também tem que mexer na estrutura da tarifa. Outro ponto importante são os custos em dólar de Itaipu.

Muito aberto para dar explicações sobre o setor elétrico, o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Claudio Sales, fica praticamente mudo quando questionado sobre sua vida pessoal. Concentra-se no trabalho. Deixa escapar apenas seu time de futebol - Flamengo - e que, entre suas atividades nos momentos de lazer encontra-se jogar tênis.

Sales responde pela Câmara desde fevereiro deste ano, mas trabalha na área de energia elétrica há cerca de dez, dividindo-se entre consultor e executivo de empresas. Até o início deste ano, Sales, que é engenheiro industrial, era presidente da Mirant do Brasil, investidora do setor. Anteriormente, trabalhou no ramo de informática. *Clara Barufi*